

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

**COLE A ETIQUETA COM OS
DADOS DO(A) CANDIDATO(A) AQUI.**

ORIENTAÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções a seguir:

Sobre sua prova

- A prova subjetiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Além deste caderno de rascunho contendo a descrição de um caso hipotético, com 1 (uma) questão discursiva e 4 (quatro) quesitos, que deverão ser respondidos, no máximo, em 10 (dez) linhas cada quesito, você receberá do fiscal de sala um caderno para transcrição dos textos definitivos.
- Cada quesito vale 10 pontos. Assim, a pontuação máxima da prova subjetiva é de 40 (quarenta) pontos.
- Considere, tão somente, as informações constantes no caso hipotético apresentado.
- Os critérios de avaliação e pontuação da prova subjetiva são os seguintes:

Critério de avaliação	Pontuação
Conhecimento do conteúdo programático	25,00 pontos
Desenvolvimento e coordenação do raciocínio	10,00 pontos
Domínio das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa	5,00 pontos

Sobre o tempo de prova

- A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, estando incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- 2 (duas) horas após o início da prova será possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho. 1 (uma) hora antes do término do período de prova será

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.

Vedações

- a) Não é permitido qualquer tipo de comunicação entre os (as) candidatos (as).
- b) É vedado levantar da cadeira sem a devida autorização do (a) fiscal de sala.
- c) É vedado portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *netbook*, *palmtop*, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, *pen drive*, fones de ouvido, *lpad*, *lpod*, *lphone* etc, bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, a exemplo de chapéu, boné, gorro etc.

Informações gerais

- a) Leia atentamente as instruções para preencher seu caderno de texto definitivo.
- b) Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do(a) candidato(a).
- c) Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, entregar o caderno de texto definitivo ao fiscal da sala.
- d) Os(as) 2 (dois) últimos(as) candidatos(as) de cada sala só poderão sair juntos (as), após assinatura do Termo de Lacramento do Envelope de Provas Subjetivas. Caso algum (a) desses (as) candidatos (as) insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação das provas, será lavrado Termo de Ocorrência, pelo fiscal de aplicação de provas da sala, que será submetido à apreciação da Comissão do processo seletivo.

ATENÇÃO:

ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE TODOS OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA E COLOCADOS EMBAIXO JUNTO À CARTEIRA. CASO VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUALQUER EQUIPAMENTO PROIBIDO PELO EDITAL, A QUALQUER MOMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME, SUA PROVA SERÁ ANULADA, O QUE ACARRETERÁ SUA ELIMINAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO.

BOA PROVA.

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

Considere o seguinte caso hipotético e responda, na sequência, os quatro quesitos discursivos, utilizando, 10 linhas para cada um deles, NO MÁXIMO.

Questão única) Jairo com 23 anos, ajudante de pedreiro e Janete com 16 anos, vivem em união estável. Ambos possuem dois filhos. Tiago de 2 anos e Camila de 4 anos. Tiago possui espectro autista e hidrocefalia. A família reside num terreno no Recanto das Emas/DF, num lote, ao lado de outras três casas. Jairo faz uso abusivo de substâncias que causam dependência física e psíquica. Num dia, por volta das 19h, Jairo, ao chegar em casa, proferiu xingamentos e praticou agressões físicas contra Janete, resultando lesões corporais de natureza grave em relação à ela. As agressões praticadas contra Janete foram presenciadas pelas crianças Tiago e Camila. Ainda, Jairo insultou seu filho Tiago, xingando-o de “cabeça de banheira” em razão da sua condição física como deficiente e proferiu chutes e tapas em Camila. Ao ouvir o choro das crianças e os gritos de Janete, o vizinho Henrique, no intuito de prestar socorro, invadiu a residência de Janete e Jairo, arrombando a porta de acesso à casa com chutes e, ao perceber que Janete estava desmaiada no local, retirou-a, assim como as crianças, colocando-os no seu veículo, a fim de prestar socorro junto ao hospital mais próximo da região. No anonimato, a esposa de Henrique, chamada Maria, acionou, por telefone, o Conselho Tutelar, com o objetivo desse órgão apreciar a situação das crianças no campo da proteção. Enquanto era prestado socorro à Janete e às crianças, Jairo empreendeu fuga do local. A Delegacia de Polícia da localidade, uma vez chamada, saiu em perseguição a Jairo, não logrando êxito na sua localização, razão pela qual o Delegado de Polícia encaminhou representação ao Ministério Público no sentido da decretação de prisão preventiva de Jairo, como medida protetiva de urgência. O Ministério Público, por sua vez, emitiu parecer favorável ao deferimento da medida protetiva em questão, encaminhando-o ao Juiz. Enquanto aguardava o decreto de prisão preventiva, o Delegado de Polícia expediu medida protetiva de urgência consistente na determinação à Jairo para não se aproximar da residência das vítimas num raio máximo de 200 metros de distância. Enquanto isso, o Conselheiro Tutelar Maurício, após decisão do colegiado sobre a situação, se dirigiu ao hospital em que se encontravam Janete e as crianças, ocasião em que informou à Janete que o Conselho Tutelar deliberou pela aplicação da medida de acolhimento institucional às crianças, mediante guia de acolhimento específica, bem como pela solicitação ao Juiz da Infância e Juventude da suspensão, liminar, do poder familiar

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

de Jairo; a fixação de alimentos provisórios em desfavor de Jairo; assim como a inserção das duas crianças no cadastro de adoção, ante a situação de vulnerabilidade evidenciada. A respeito dos pedidos do Conselho Tutelar, o Juiz da Infância e Juventude decretou a suspensão do poder familiar, liminarmente, ante a gravidade dos fatos e ainda determinou a inclusão das duas crianças no cadastro de adoção, deixando de conceder alimentos provisórios sob o argumento de impossibilidade legal, considerando a suspensão do poder familiar decretada. Alguns dias se passaram, quando Janete, após alta hospitalar e já recuperada, vai até o Ministério Público e afirma que não deseja a responsabilização criminal de Jairo, porque o ama muito e sabe que ele precisa de tratamento médico para livrá-lo da dependência de substâncias que lhe causam prejuízo, oportunidade em que o Promotor de Justiça informou que a vontade da vítima não teria repercussão no campo da violência doméstica contra a mulher, mas que seria possível propor a Jairo um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Quanto aos filhos, Janete solicitou ao Ministério Público que as crianças fossem devolvidas à ela e que fossem retiradas do cadastro de adoção. Em seguida, Jairo foi localizado, mas não foi preso preventivamente diante do indeferimento do pedido de prisão preventiva pelo Juiz. Assim, Jairo foi notificado a comparecer ao Ministério Público, oportunidade em que após confessar formal e circunstancialmente a prática dos crimes a ele imputados, foi proposto ANPP consistente no oferecimento de 50 cestas básicas para uma instituição credenciada na Central de Medidas Alternativas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Trinta dias após o fato delituoso, o Conselho Tutelar informou ao Ministério Público que a criança Tiago necessitava de atendimento médico para hidrocefalia, tendo o órgão de proteção sido informado que a rede pública de saúde não possuía tratamento próprio para crianças com aquela condição de saúde.

Com base no caso hipotético acima, responda aos quatro quesitos a seguir (10 pontos cada):

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

Quesito 1) Quanto ao Direito Penal e Direito Processual Penal, discorra sobre os itens abaixo (Máximo 10 linhas):

Os mecanismos de proteção que podem ser aplicados à denunciante Maria, segundo a Lei Henry Borel e à atitude do Delegado de Polícia quanto à expedição de medida protetiva de urgência determinando que Jairo não se aproximasse da residência das vítimas num raio máximo de 200 metros de distância;

O tipo de ação penal em casos de violência doméstica, mediante representação da vítima ou não e o pedido de Janete para não responsabilizar o agressor Jairo.

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

Quesito 2) No que toca ao Direito Civil, Direito de Família, Órfãos e Sucessões, Direito da Infância e Juventude e Direito Processual Civil, leia e responda os itens abaixo (Máximo 10 linhas):

- **A decisão de suspensão do poder familiar pelo Juiz em face de Jairo está ajustada à legislação vigente? Sim ou não? Justifique a sua resposta.**

- **Sobre a decisão do Juiz de inclusão das crianças Tiago e Camila no cadastro de adoção e a falta de intervenção do Ministério Público na inscrição dessas crianças no cadastro, questiona-se: em tese, qual a consequência jurídica para a falta de intervenção do Ministério Público? Ainda, tal decisão do Juiz está ajustada ao ECA? Sim ou Não? Por que?**

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

Quesito 3) Considerando o Direito Constitucional e as Atribuições e competências dos atores jurídicos e sociais que atuaram na situação hipotética, responda os itens abaixo (Máximo 10 linhas):

- **Opine sobre a inscrição de Tiago e Camila no cadastro de adoção e à convivência familiar biológica com fundamento nos direitos fundamentais da criança e do adolescente.**

- **Identifique e indique objetivamente sobre eventuais equívocos cometidos pelo Ministério Público.**

**PROVA SUBJETIVA
ÁREA: JURÍDICA
CADERNO DEFINITIVO**

Quesito 4) Em relação aos Direitos Humanos, Direitos Individuais Indisponíveis e Direitos Coletivos - difusos e coletivos e individuais, (Máximo 10 linhas):

- **No âmbito da proteção individual, indique as providências que o Ministério Público pode adotar, a partir da informação recebida do Conselho Tutelar quanto à falta de atendimento médico na rede pública de saúde, em relação à Tiago.**

- **No âmbito da proteção metaindividual, indique as providências que o Ministério Público pode adotar, a partir da informação recebida do Conselho Tutelar quanto à falta de atendimento médico na rede pública de saúde, em relação à Tiago.**
